

## Sustentabilidade do Setor Elétrico<sup>1</sup>

Jerson Kelman

Um grupo de pesquisadores e de entidades que se opõem à construção de usinas hidroelétricas na Amazônia reuniu suas ideias numa publicação que pretende "contribuir para o debate entre governo e sociedade sobre oportunidades e desafios para o setor elétrico brasileiro"<sup>2</sup>. É uma boa iniciativa, que incentiva o debate. Por exemplo, o último capítulo propõe "jogar todas as fichas" na energia eólica, solar, das marés e na repotenciação de hidroelétricas antigas. Nenhuma outra fonte deveria ser considerada. Lamentavelmente, não se trata de uma alternativa que possa ser acatada. A médio prazo resultaria num novo racionamento ou na extraordinária elevação do custo de energia elétrica.

A ex-ministra Marina Silva sabe disso. Tanto assim que no prefácio, ela afirma que "certamente será preciso aumentar a oferta de energia para que a grande parcela de nossa população, hoje excluída do acesso a serviços e confortos propiciados, possa fazer parte plena de nossa sociedade. Entretanto, não só é desejável como necessário que esse aumento de oferta se faça paralelamente à eliminação e redução de desperdícios e usos ineficientes de energia". Correto!

Desperdício é sair de casa e deixar o ar condicionado ligado, como fazem muitos moradores de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, que não temem qualquer sanção por parte da concessionária local. Em Dona Marta (Rio), por exemplo, observou-se a redução de 1/3 do consumo depois que o tráfico perdeu o controle territorial. Assim, faço uma primeira sugestão àqueles que, como Marina, se opõem aos usos ineficientes da energia: entrem no combate aos desperdícios decorrentes das fraudes e ligações clandestinas, tanto nas comunidades carentes, quanto de grandes consumidores.

Essa causa é mais difícil de ser defendida do que o combate a dois supostos pecados do setor elétrico: a alegada perda de energia na rede básica e o suporte à indústria eletrointensiva. Sobre as linhas de alta tensão, é injusto comparar o Brasil com outros países da América do Sul e da Europa porque no Brasil é necessário transportar grandes blocos de energia por longas distâncias, devido ao predomínio da hidroeletricidade. Sobre os eletrointensivos, os autores propõem a gradual diminuição da escala de produção e, em alguns casos o encerramento das atividades. Talvez estejam certos, mas antes de adotar uma medida dessa magnitude seria necessário avaliar as consequências sobre a economia do país.

---

<sup>1</sup> Publicado no Jornal O Estado de São Paulo, 19 set 2013, pag. B2

<sup>2</sup> O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século XXI: Oportunidades e Desafios

Os diversos capítulos da publicação apresentam as usuais objeções às hidroelétricas, por conta do impacto sobre o meio ambiente e do risco de extinção de civilizações indígenas. Esse último ponto é talvez o mais relevante. Seria correto isolar os indígenas dos malefícios e benefícios de nossa civilização pelos séculos vindouros, mantendo-os com expectativa de vida inferior à média da população brasileira? Respeito os que pensam que sim. Mas não concordo.

Penso que o Congresso deveria cumprir o que determina o art. 231, §3º da CF. Ou seja, aprovar uma lei que discipline a construção de usinas hidroelétricas em áreas habitadas por comunidades indígenas. O fundamental seria assegurar consulta às comunidades indígenas efetivamente afetadas, não para facultar-lhes o poder de veto, e sim para garantir a participação nos resultados da exploração econômica dos potenciais hidráulicos, com reais benefícios para os indígenas ao longo de muitas gerações.

Como disse, há que se comemorar a disposição dos autores em contribuir para superar os desafios do setor elétrico. Nesse sentido, apresento uma derradeira sugestão: convencer as autoridades dos estados de Goiás e Santa Catarina, inclusive o Ministério Público, a dispensar a Avaliação Ambiental Integrada - AAI para o licenciamento de PCHs e de CGHs (menos de 1 MW!). Trata-se de uma boa causa. É como ensinar a um estudante de medicina que não é necessário pedir a tomografia ou o exame de DNA para tratar de uma gripe.

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ